

LIVROS

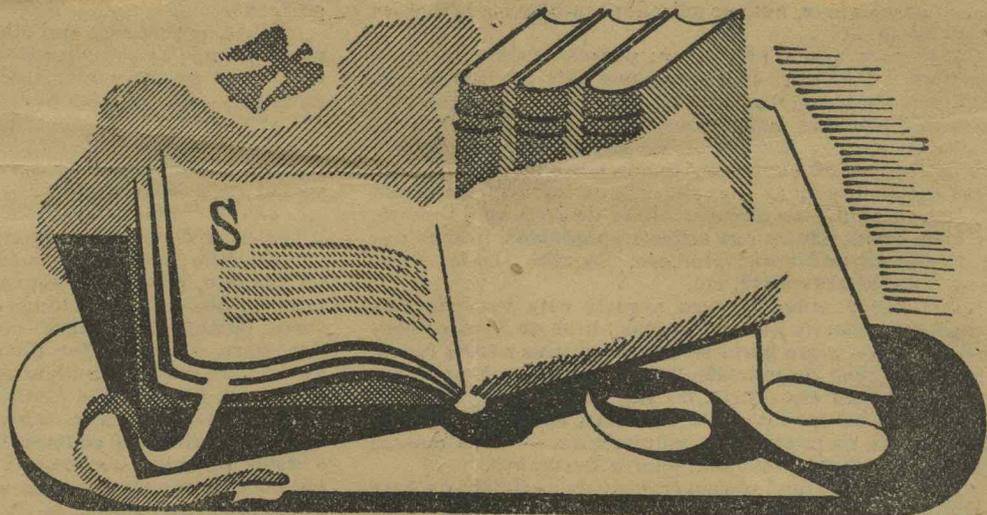
MITO-ALEGORIA-SÍMBOLO, por JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS (depositária Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1938).

QUEM tiver à mão uma das expressões mais singulares da sabedoria dos antigos gregos conhecida pelo nome de *Versos de Ouro*, tradicionalmente atribuídos a Pitágoras, encontrará, em cada passo desse punhado de exortações aforísticas, estas palavras tocadas no fim de espírito sibilino:

«Principia pelo princípio e põe diante de ti, uma por uma, estas perguntas. Em seguida, se procedeste mal, condena-te; no caso contrário, alegra-te. Eis o que tens de fazer; eis o que deve ser o teu cuidado; eis o que deve ser o objecto do teu fervor. Essas preocupações colocar-te-ão no caminho da divina sabedoria.— Juro-te por Aquele que nos revelou o Quaternário, princípio da existência eterna»

Que quererão dizer esses «versos de ouro»? Quem é esse *Aquele*, cuja invocação soleniza o juramento? E que *símbolo* será esse cuja revelação parece ter constituído a suprema palavra explicativa do mistério do Ser?

Muito se tem escrito sobre isto. As dúvidas, porém, até hoje não se desfizeram. Nem é de crer que algum dia se desfaçam. A dúvida principia por não se poder garantir a autenticidade dos *Versos de Ouro*. A investigação eru-



misteriosa doutrina, não o fazia de face a face com os seus ouvintes, mas segundo um certo ritual que mantinha o carácter religioso da sua pessoa. Aos iniciados, só falava tendo de permeio um cortinado, não sabemos se opaco se translúcido. Por isso, os mesmos, nunca o designavam pelo nome próprio. Diziam simplesmente: *Ele*.

Quanto à doutrina pitagórica, apenas vagamente se sabe o que, de um modo muito genérico e incongruente, nos transmitiu Aristóteles, Diógenes Laércio e alguns neo-platónicos, (Porfírio e Jámblico, sobretudo). O melhor dessa doutrina era considerada secreta. Tão secreta que um iniciado, segundo se diz, teria sido condenado à morte por haver traído o sigilo de uma demonstração de geometria.

Entre os «sigilos» geométricos da Escola Itálica contava-se o sentido da figura simbólica do triângulo decádico — a famosa *tetractys* (ou Quaternário), cujo valor explicativo era, parece, primacial na ontologia do pitagorismo. Ignora-se completamente, desde o dramático aniquilamento da escola de Crotona, em que consistia a interpretação que desse símbolo era dado aos discípulos, ao subirem da categoria de noviços para a de iniciados; isto é, quando transitavam do ádito da escola (ensino *exotérico*) para o interior da escola (ensino *esotérico*). Mas certamente a explicação não era de natureza discursiva. A «tétrada» era uma figura numérica, que inexprimivelmente exprimia (parece) umas certas relações de harmonia, de simplicidade, de legalidade matemática do Ser.

A lentidão da iniciação era determinada pela necessidade de abrir a pouco e pouco os olhos do discípulo para a intuição axiomática de que só o inteligível é real e que o sensível não passa de mera sombra sua.

Para os Pitagóricos, os números não eram simples conceitos; eram realidades. Cada ser seria, essencialmente, uma determinada *figura numérica*. O corpo de cada ser individual, e tudo o que nele constitui transitório aspecto ou accidental expressão, nada mais seria do que aparência de ser. O ser autêntico de cada expressão de realidade era o número nela oculto. Essa era a sua substância imperecível. «Todas as coisas que nos é dado conhecer — deixou-nos dito Filolaus, um dos raros frequentadores da escola itálica de quem se guarda uma palavra parece que textual — possuem um número, e nada pode ser concebido nem conhecido sem o número».

O homem moderno, embalado pelo preconceito da vulgarização, não só perdeu o respeito devido a todo o pensamento ocultista ou dificultoso, como perdeu até o interesse pelas indagações que hoje, de longe a longe, um ou outro espírito menos minado por esse prejuízo faça à volta da possível significação das verdades obscuras que nos ficaram de alguns pensadores sibilinos da estirpe de Pitágoras.

Não admira, pois, que um escrito tão singular como é este *Mito-Alegoria-Símbolo*, de Almada, haja passado entre nós quase despercebido.

Muitos se terão afastado receosa e irónicamente deste exótico «monólogo autodidata na oficina de pintura», julgando-o simples recidiva daquele velho *pronunciamento*, algo espectacular, que foi, há uns bons 35 anos, o movimento do *Orfeu*. E na verdade algo de esquipático há



Almada Negreiros
(Apontamento do A. do texto)

ditada apenas diz que esses aforismos são provenientes do séc. II ou III da nossa era; isto é, contemporâneos de Marco-Aurélius. Se eles são ou não cópia de algum rolo mais remoto, salvo dos destroços da escola itálica de Crotona, pátria adoptiva de Pitágoras e sede da sua misteriosa confraria matemática — isso ninguém sabe.

Segundo as mais verosímeis interpretações do texto, *Aquele* a quem o juramento é vinculado, é o próprio Pitágoras. Essa maneira discreta — para não dizer sacra — de invocar o Mestre, era a maneira peculiar e consagrada de o designar e invocar no círculo religioso, carregado de respeito órfico, da Escola Pitagórica. A própria tradição guarda a reminiscência de que o mágico filósofo matemático de Crotona, para comunicar aos seus discípulos a sua

nesto escrito que justifica a discreta *glissage* dos receosos. Simplesmente, nele se adivinha também alguma coisa de muito sério.

Possessor (para não dizer: possesso) da certeza de que toda a Arte é, no início, *ingénua* (isto é, visual e certa, imediata e gratuitamente cliente do valor alegórico ou mítico das suas expressões), e, no fim, *simbólica* (isto é, rica de sentido inteligível, de substância matematizável, de ritmo e de número) Almada tenta balbucear nesta sua sibilina brochura a explicação da intrigante verdade histórica de que as maiores obras de Arte são, sempre, em cada povo, não as dos artistas epigónicos, mas as dos chamados «primitivos»: Homero, Esquilo, Dante, Nuno Gonçalves, Shakespeare, etc.

Por outro lado, procura sugerir esta verdade não menos estranha, de que em muitas obras de Arte, ao contrário do que regra geral se pensa, há uma *ciência oculta*, um saber rico de precisão, um «logos», que constitui o segredo do seu equilíbrio, da sua beleza e perenidade. Tais são as lei canónicas da escultura, as leis do ritmo e da harmonia na poesia e na arquitectura, — «essa música cristalizada», como Schopenhauer a designava.

Na verdade, qual seria o segredo da perfeição da Arte «primitiva» dos Gregos? Não estaria na densidade e disciplina rítmica que presidia tanto à criação ingénua como simbólica? Que era o «ritmo» (o *arítmos*), para os helenos, senão o número? E o *teléon* (ou «número perfeito»), o que

seria? É a sagrada *revelação* dos Pitagóricos?

Todo o presente trabalho gravita à roda destas perguntas. Singular compromisso de obra de erudição respeitosa e de panfleto hierático — é uma obra que mal se entende, — mas que faz pensar.

«Os símbolos são os marcos geodésicos na orografia duma civilização.

«O que distingue alegoria do símbolo é uma não ter número e a outro tê-lo».

«As divindades antropomórficas são da geração par, o homem é da geração ímpar».

O estilo típico de Almada é este. Não ousamos crer, no entanto, que nesta linguagem se oculte uma simples mistificação. Com a sua longa experiência de pintor onírico (bem patente na beleza dos seus grandes frescos de Alcântara, sobre a *Nau Catarineta*), o autor tem alguma autoridade para dizer alguma coisa acerca dos Gregos que pintavam, esculpavam e pintavam há dois ou três mil anos. Se ele não explica nem demonstra, de modo inteligível, o que seria afinal o «número perfeito» para os primitivos artistas gregos, lembra-nos que nas origens da Arte helénica houve porventura um «certo» conhecimento que muitos artistas modernos não possuem nem vislumbram.

SANT'ANNA DIONÍSIO

Grandeza e decadência dos Romanos

Os fundadores das antigas repúblicas tinham partilhado igualmente as terras: só isso fazia um povo poderoso, isto é, uma sociedade bem regulada; e fazia também um bom exército, tendo todos igual interesse, e muito grande, em defender a sua pátria. Quando as leis deixavam de ser rigidamente observadas, as coisas voltavam ao ponto em que estão actualmente entre nós: a avareza de alguns particulares e a prodigalidade dos outros, faziam passar os bens fundiários para poucas mãos.

Foi a partilha igual das terras que tornou Roma capaz de sair, a princípio, do seu abatimento; e isso se reconheceu bem, quando ela se corrompeu.

Durante o pouco tempo que durou a tirania dos decenviros, tornou-se evidente até que ponto o engrandecimento de Roma dependia da liberdade. O estado parecia ter perdido a alma que o fazia mover. Na cidade, apenas havia duas espécies de pessoas: as que sofriam a servidão e aquelas que, pelos seus interesses particulares, procuravam fazê-la sofrer. Os senadores retiraram-se de Roma, como duma cidade estrangeira; e os povos vizinhos não encontraram resistência em parte alguma.

Quando se conferem honras, sabe-se precisamente o que se dá; mas quando se lhes junta o poder, ninguém sabe até que ponto ele poderá ser levado.

O que se chama união num corpo político é uma coisa muito equívoca: a verdadeira, é uma união de harmonia que faz que todas as partes, por mais opostas que pareçam, concorrem para o bem geral da sociedade, como as dissonâncias na música concorrem para o acórdio total. Pode haver união num estado onde apenas se julga ver desordem, isto é, uma harmonia donde resulta a felicidade, que é a única paz verdadeira. É como as partes deste universo eternamente ligadas pela acção de umas e pela reacção das outras. Mas no acórdio do despotismo asiático, isto é, de todo o governo que não é moderado, há sempre uma divisão real. O lavrador, o guerreiro, o negociante, o magistrado, o nobre, juntam-se apenas porque uns oprimem os outros sem resistência; e, se aí se vê união, não são cidadãos que estão unidos, mas sim corpos mortos, amortalhados uns junto dos outros.

Os soldados romanos não tinham propriamente espírito de partido; não combatiam por uma certa coisa, mas por uma certa pessoa; conheciam apenas o seu chefe, que os empenhava por imensas esperanças: mas, uma vez o chefe derrotado, como já não podia cumprir as

suas promessas, voltavam-se para outro lado. As províncias também não entravam mais sinceramente no conflito, porque lhes importava pouco que vencesse o seu nado ou o povo. Assim, logo que um chefe era derrotado, entregavam-se a outro, porque era preciso que cada vila pensasse em justificar-se perante o vencedor que, tendo de cumprir imensas promessas aos soldados, devia sacrificar os países mais culpados.

Augusto (é o nome que a lisonja deu a Octávio) estabeleceu a ordem, isto é, uma servidão duradoira; porque, num estado livre onde a soberania é usurpada, chama-se regra a tudo o que pode fortalecer a autoridade sem limites de um só; e chama-se desordem, dissensão, mau governo, a tudo o que pode manter a honesta liberdade dos cidadãos. Todos os indivíduos que tinham tido projectos ambiciosos trabalharam para provocar uma espécie de anarquia na república. Pompeu, Crasso e César conseguiram-no à maravilha. Estabeleceram a impunidade de todos os crimes públicos; aboliram tudo o que podia deter a corrupção dos costumes, tudo o que podia fazer uma boa fiscalização; e, enquanto os bons legisladores procuraram tornar melhores os seus concidadãos, eles procuraram torná-los piores: introduziram o costume de corromper o povo com dinheiro e, se eram acusados de cabalas, corrompiam também os juizes: perturbaram as eleições com toda a espécie de violências e, quando eram processados, intimidavam ainda os juizes: a própria autoridade do povo estava anulada.

Enquanto, no tempo da república, houve o princípio de fazer sempre a guerra, no tempo dos imperadores a máxima era manter a paz: as vitórias foram consideradas como causas de inquietação, com exércitos que podiam pôr os seus serviços em exagerado preço. Aqueles que tiveram qualquer comando recusaram empreender grandes coisas: era preciso moderar a glória, de maneira que ela despertasse a atenção mas não a inveja do príncipe; e não aparecer, diante dele com um brilho que os seus olhos não pudessem suportar.

Tais príncipes odiavam naturalmente as pessoas de bem; sabiam que elas os não aprovavam: indignados pela contradição ou pelo silêncio dum cidadão austero, embriagados com os aplausos da população, chegavam a imaginar que o seu governo fazia a felicidade pública e só os indivíduos mal intencionados podiam censurá-lo.

MONTESQUIEU